

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

“PEREGRINOS DA ORDEM DO DESENVOLVIMENTO ”: JESUS SOARES PEREIRA, O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E A IMPLEMENTAÇÃO DO BRASIL MODERNO (1934-1964)

Fernando Tenório (Ebape/FGV) - fernando.tenorio@fgv.br
<http://lattes.cnpq.br/2599855683640370>

Sergio Wanderley (Unigranrio) - sergiow.gaz@terra.com.br
<http://lattes.cnpq.br/4325227503327272>

“Peregrinos da ordem do desenvolvimento¹”: Jesus Soares Pereira, o nacional-desenvolvimentismo e a implementação do Brasil moderno (1934-1964)²

Servidor público, “que outra coisa não tem sido durante a vida” (Pereira, 1962)

O objetivo deste artigo é recuperar a trajetória de servidor público de Jesus Soares Pereira (JSP) na implementação do Estado brasileiro moderno (1934-1964) para contribuir com o debate atual sobre o papel do estado na economia e do gestor público. JSP esteve envolvido na formulação e implementação dos projetos que levaram à criação de, entre outros, a Petrobras, a Eletrobras, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (Bnde), o Banco do Nordeste, a Capes e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Lima, 1975; Pereira, 1988; Barbosa, 2017). Contudo, seu nome é pouco mencionado no pensamento social brasileiro e ainda menos conhecido mesmo na área de administração pública. Por que um personagem de tamanha importância no cenário nacional encontra-se em tal ostracismo?

Talvez seja pelo fato de JSP não ter deixado muitos livros escritos (Pereira, 1962; 1963; 1988) nem entrevistas publicadas (Lima, 1975), e também por ter sido um dos membros de sua geração que faleceu mais cedo, em 1974. Todavia, poderíamos medir a importância de JSP não somente pelas empresas e órgãos públicos que ele ajudou a criar, e até dirigiu, mas pelo fato de ele estar incluído na lista de cassações do AI-1. Esse fato suscita outra questão: O que teria levado um positivista como JSP a figurar nessa lista? Essa pergunta corroeu nosso personagem até seu falecimento (ver Pereira, 1988).

JSP fez parte do grupo dos nacional-desenvolvimentistas que procurou compreender os problemas nacionais a partir de lentes próprias com o objetivo de superação do subdesenvolvimento (Bielshowsky, 1988). Na sua posição de técnico e dirigente público (termos da época; Wanderley, 2016), Pereira certamente contrariou interesses alienígenas – outro termo da época (e. g. Ramos, 1958) – que se articulavam em torno dos setores de petróleo e energia elétrica e, talvez por isso, estivesse na primeira lista de cassados. Esse fato por si só justificaria que JSP “merece ter a sua história recontada” (Barbosa, 2017, p. 4).

Nesse artigo partimos do conceito de desenvolvimentismo da área de história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) para compreender o período investigado (Fonseca, 2013). HPEB reconhece a ideologia do desenvolvimentismo como tendo uma origem local e de estar imbricada no contexto sociopolítico da América Latina (Fonseca, 2013), antes de ser mera reprodutora de conhecimentos recebidos do exterior. Em HPEB, desenvolvimentismo tem uma dupla representação: é tanto “um conjunto de práticas de política econômica” como também “um conjunto de ideias que se propõe a expressar teorias, concepções ou visões de mundo” (Fonseca, 2013, p. 2). Sobretudo,

¹ “Peregrinos da ordem do desenvolvimento” é como Celso Furtado (2014, p. 382) se referiu aos seus companheiros de SUDENE num discurso em 1964.

² Essa pesquisa faz parte de projeto apoiado pela Capes por meio do Edital 013/2015 Memórias Brasileiras: Biografias

desenvolvimentismo expressa a “lógica em que o Estado deveria planejar a industrialização e guiar as organizações privadas no sentido de superar o subdesenvolvimento, a partir do pressuposto de que o mercado espontaneamente não conseguiria fazê-lo” (Wanderley, 2016, p. 916).

Podemos afirmar que JSP se insere no grupo dos nacional-desenvolvimentistas com um “pensamento praxista: a partir da sua posição e experiência no setor público, de forma a atuar sobre a realidade nacional que ele interpreta ao empreender uma espécie de “ciência em ato”, conforme o termo elaborado por seu colega, o sociólogo Guerreiro Ramos” (Barbosa, 2017, p. 46; sobre Romulo Almeida companheiro de JSP). Portanto, encontramos no arquivo de JSP, que se encontra no CPDOC, muito mais textos referentes aos projetos que ele elaborou do que reflexões teóricas. Entretanto, JSP esteve presente nos principais grupos de discussão da corrente nacional-desenvolvimentista do período.

JSP participou do “Grupo de Itatiaia”, a partir de 1952, que foi o embrião do que se tornaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), principal centro de reflexão do nacional-desenvolvimentismo (Abreu, 1975; Oliveira, 2006; Wanderley, 2016). Além disso, JSP seria convidado por Celso Furtado a compor o Clube dos Economistas, cujo objetivo era defender as teorizações da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) no embate com os economistas liberais liderados por Eugenio Gudín (Tenório e Wanderley, 2018). Furtado era Diretor de Desenvolvimento da Cepal que propôs uma teorização específica para a condição de subdesenvolvimento da região, e que formulou políticas públicas para superar essa condição. Nessa posição, Furtado foi o principal disseminador das ideias da Cepal no Brasil, às quais JSP se aliava (Wanderley, 2015).

O Clube dos Economistas publicou a Revista Econômica Brasileira na qual JSP publicou dois artigos que tratavam do setor de energia elétrica (Pereira, 1955; 1956). JSP como membro da Assessoria Econômica de Vargas havia sido o principal responsável pela elaboração das leis desse setor e da proposta de lei de criação da Eletrobrás. No momento em que esses artigos foram publicados, essa proposta apenas iniciava a tramitação no congresso, onde encontrava fortes resistências do lobby das empresas estrangeiras liderado por Light e Amforp (Lima, 1975). A lei da Eletrobras seria promulgada somente no governo João Goulart, em 1962, época em que a pressão dos EUA aumentava sobre o setor elétrico no Brasil, pois o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, havia estatizado os ativos da Amforp (Ferreira e Gomes, 2014). Talvez esse seja mais um dos motivos que levariam à cassação de JSP, pois foi ele quem criou as leis que garantiram a participação estatal no setor elétrico e, consequentemente, “prejudicaram” interesses alienígenas.

É curioso notar que JSP foi um autodidata em economia, o que reforça a ideia de ele ser muito mais um homem da prática do que da reflexão teórica. Ainda em 1943, ele fora convidado a compor o 1º Congresso de Economia. Isso com certeza se deveu ao seu desempenho no Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), órgão criado por Vargas em 1934, ano que delimita o início de nossa pesquisa. JSP atuou no CFCE de 1937 a 1945. Na verdade, ele se formou em ciências sociais, em 1945, pela Faculdade Nacional

de Filosofia da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Para JSP, pelo CFCE (Lima, 1975: 49):

...passaram todos os grandes projetos que, postos em prática, iriam dar o grande impulso no sentido do desenvolvimento brasileiro...Foi ele ainda a máquina deliberativa e até mesmo legislativa do Estado Novo, o verdadeiro órgão criador da legislação econômica do país. Para mim uma grande escola técnica.

Foi, portanto, a partir de sua atuação nessa “escola técnica” que JSP se tornou reconhecido tanto como um economista como também como um técnico e dirigente. Sobretudo, antes de ser um economista, JSP e sua geração de “burocratas-intelectuais-militantes” praticaram “um projeto-interpretação-utopia” de nação (Barbosa, 2017, p. 30), que buscava explicações próprias para os problemas nacionais para então colocar em prática possíveis soluções. Era uma tentativa de pensar “Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo”, como dizia o slogan do Cadernos do Nosso Tempo, editado pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), antecessor do Iseb (Wanderley, 2016). Já no Ibesp fica clara não somente a influência da Cepal como também a ideia de se criar ali um *intelligentsia* mannheimiana que interpretasse os problemas do país e colocasse em prática possíveis soluções (Xavier da Silva, 2016).

A influência de Karl Mannheim em JSP transparece em sua proposta de que, para a construção desse projeto-utopia de nação, o papel do intelectual é a “criação de uma consciência nítida do que sejam os interesses nacionais brasileiros” (Pereira, 1962, p. 6). E para ele nessa tomada de consciência estava claro que prevalecia uma “estrutura neocolonialista ocidental” que praticava uma “espoliação neocolonialista” (Pereira, 1962, p. 4 e 11). Portanto, cabia aos intelectuais brasileiros, por meio do nacional-desenvolvimentismo, formular caminhos próprios para superar essa dominação neocolonialista. Caminhos esses que deveriam passar por um “planejamento global...com o objetivo de elevar a renda nacional e distribuí-la” (Pereira, 1963, p. 26), em face da “necessidade inelutável da coordenação dos esforços nacionais em prol da superação do atraso em que a espoliação os manteve” (Pereira, 1962, p. 3)

O auge da carreira de servidor público de JSP foi quando ele atuou, e depois chefiou, a Assessoria Econômica de Vargas (1953-54), o que aconteceu após o deslocamento de Romulo Almeida para a presidência do Banco do Nordeste (Lima, 2013). JSP atuou ainda no Conselho Nacional do Petróleo (1938-45), na Assembleia Nacional Constituinte (1946), no Instituto Nacional do Pinho (1947-50), nos Ministérios da Agricultura (1933-37; 1955) e da Viação e Obras Públicas (1956-60) e foi diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (1962-64). No exílio, JSP atuou na Cepal, até 1969, em Santiago/Chile, quando regressou ao Brasil (Pereira, 1988).

Para o desenvolvimento deste artigo faremos uma breve avaliação do período do nacional-desenvolvimentismo (1930-64) e discutiremos as reformas de Vargas (1930-45) que criaram os órgãos de estado onde JSP atuou. Então, resgataremos a trajetória e o pensamento de JSP para contribuir para o debate atual sobre o papel do estado e do gestor

público na economia. As fontes são os poucos livros deixados por JSP, seus artigos publicados em jornais e seu arquivo pessoal.

Durante mais de 20 anos, JSP escreveu artigos sobre economia nos periódicos Diário Carioca, O Jornal e Última Hora, todos do Rio de Janeiro, utilizando frequentemente os pseudônimos de “Mercúrio” e “J. Penha Arrais”. Cabe destacar a coluna “Do Ponto de Vista Nacional”, publicada no Última Hora, entre 1960 e 1961, em que JSP dividia o espaço com Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel e Domar Campos, esse último um economista que atuava no Iseb. Pelo título da coluna e pelos escribas fica claro que se tratava de conteúdo nacional-desenvolvimentista. Em sua coluna, JSP tratou de temas ligados ao setor de petróleo, açúcar e dos problemas gerados nas contas nacionais pela queima dos estoques de café pelo governo ao mesmo tempo em que se importava trigo para o Brasil (Última Hora, 1960; 1961).

Abaixo apresentamos uma breve relação da trajetória profissional de JSP que será desenvolvida no artigo:

- Ministério da Agricultura – (1933/37)
- CFCE – (1937-45)
- Conselho Nacional do Petróleo (1938-45)
- Assembleia Nacional Constituinte (1946)
- Instituto Nacional do Pinho (1947-50)
- Assessoria Econômica de Vargas (1951-54)
- Ministério da Agricultura (1955)
- Ministério da Viação e Obras Públicas (1956-60)
- CSN – diretor de vendas (1962-64)
- Cassado pelo AI1 (9/4/1964)
- Cepal até 1969, Santiago/Chile

Referências

ABREU, A. A. **Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB**. Thèse pour le Doctorat de 3e Cycle. Université René-Descartes – Paris V. 1975.

ALMEIDA, R. **O Nordeste no segundo governo Vargas**: depoimento. Ministério do Interior, Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

BARBOSA, A. **O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida**: ensaio de interpretação histórica. Tese apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Livre-Docente. 2017.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

FERREIRA, J.; GOMES, A. C. 1964: O golpe que derrubou um presidente, pós fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

FONSECA, P. C. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. UFRGS/DECON, work in progress. Disponível em www.ufrgs.br/decon, acesso em 20/09/2013. 2013.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica**: A fantasia organizada – A fantasia desfeita – Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

LIMA, M. **Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a luta pela emancipação**. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIMA, M. C. (Org.). **Os boêmios cívicos**: a Assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

OLIVEIRA, M. T. C. **A “Educação Ideológica” no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)**. Tese apresentada ao Departamento de Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, J. S. Perspectivas para a indústria de energia elétrica. **Econômica Brasileira**. Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, v.1, n.3, p. 135-196, 1955.

PEREIRA, J. S. A Eletrobrás e o Conselho Nacional de Economia. **Econômica Brasileira**. Rio de Janeiro: Clube dos Economistas, v.2, n.3, p. 107-150, 1956.

PEREIRA, J. S. **Terceiro Mundo**: unidade e emergência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

PEREIRA, J. S. **Getúlio Vargas**: a política nacionalista do petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963.

PEREIRA, J. S. **O homem e sua ficha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

RAMOS, G. **A redução sociológica** (introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

TENÓRIO, F., & WANDERLEY, S. Celso Furtado: um economista a serviço da Gestão Pública (1943-64). **Revista de Administração Pública**. Early view. 2018.

ÚLTIMA HORA. Coluna “**Do Ponto de Vista Nacional**”. Disponível da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. 1960. 1961.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 913-936, 2016.

XAVIER DA SILVA, F. O IBESP em seu momento: uma análise genética e cronológica dos Cadernos do Nosso Tempo. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 333-347, 2016.